

Identidade, desvio e reputação no grupo de pares

José Soares Martins

Professor auxiliar de Psicologia Social, Membro do CECLICO, Universidade Fernando Pessoa
jsmartin@ufp.edu.pt

Patrícia Santos Gomes

Doutoranda em Psicologia, Membro do CECLICO, Universidade Fernando Pessoa
patricia.s.gomes29@gmail.com

RESUMO

O grupo de pares contribui de uma forma decisiva para o processo de identidade social que constitui, por seu lado, a coluna vertebral do auto-conceito. Assim, todos os processos grupais passam pela conformidade às normas, pelas relações com outros grupos e por uma avaliação positiva ou negativa de si próprios. No caso dos grupos anti-normativos a má reputação poderá ser uma estratégia estereotipada de reestruturação da identidade social quando a auto-estima e o auto-conceito dos indivíduos se encontram ameaçados.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, reputação, grupo de pares

ABSTRACT

The group of pairs contributes in a decisive manner for the process of social identity that constitutes, in turn, the vertebral column of the self-concept. Thus, all group processes imply conformity with the norms, relations with other groups and a positive or negative evaluation of itself. In the case of anti-normative groups, bad reputation can be a stereotyped strategy for the reorganization of social identity, whenever the self-esteem and the self-concept of the individuals are threatened.

KEYWORDS: Identity, reputation, group of pairs

I - O grupo de pares

1.1. A estrutura e dinâmica do grupo de pares

De acordo com Serafica e Blyth (1985) o interesse científico pelo grupo de pares começou a fazer sentido a partir dos inícios do século XX, mais concretamente a partir dos anos 20 com o estudo sobre gangs adolescentes levado a cabo por Trasher (1927). Por sua vez, os anos 60 marcam o aparecimento de algumas investigações no que diz respeito à formação dos grupos de adolescentes.

Dunphy (1963) levou a cabo uma investigação sobre as redes sociais e a estrutura com o grupo de pares. O seu maior contributo foi o de conceber o grupo numa perspectiva desenvolvimental a partir da distinção entre grupinhos (cliques) e os grupos (crowds). De acordo com este autor, as diferenças não se resumiriam apenas ao número de elementos mas também às suas funções. As cliques seriam formadas por três a nove elementos, muito íntimos e coesos, com uma hierarquia bem definida e estabelecida. As crowds seriam uma associação de grupinhos (cliques) que poderiam chegar a integrar cerca de 30 sujeitos, com idades muito próximas e com um nível

de desenvolvimento social muito idêntico. Ainda de acordo com Dunphy (1963), as funções seriam diferentes centrando-se as cliques na troca de opiniões e sendo as crowds mais orientadas para actividades sociais. Outra diferença estaria a nível da composição de género. As cliques seriam, à partida unisexuais, e as crowds heterossexuais.

Dunphy (1963) refere-se à existência de cinco estádios no que se relaciona ao desenvolvimento grupal. O primeiro estádio, característico da pré-adolescência, seria unisexual. O segundo estádio, em pleno início da adolescência, seria marcado pelo início da interacção entre os dois sexos, mas só a nível grupal. O terceiro estádio, na adolescência média, seria constituído por cliques de ambos os sexos. O quarto estádio seria formado por cliques heterossexuais, já em estreita ligação afectiva. O quinto estádio seria caracterizado pela desintegração dos grupos e pelo aparecimento de pares de casais.

Quanto às actividades dos grupos, Sherif e Sherif (1964) falam sobretudo de discussão de temas, entre os quais música, desporto, carros, motos, raparigas/rapazes, actividades sexuais e planeamento de futuro. Também a preocupação com os outros elementos do grupo, os locais de encontro, a autoridade dos adultos, as relações com o sexo oposto bem assim como uma ou

outra forma de actividade desviante. Savin-Williams (1989) verificou, comparando rapazes com raparigas, que estas apresentavam uma menor tendência para formarem grupos consistentes e estáveis. Palmonari, Pombeni e Kirchler (1989; 1990) ao estudarem a identificação dos indivíduos com o seu grupo, verificaram que os sujeitos que se reviam muito no grupo não só apresentavam maior tendência para solicitar ajuda aos outros elementos, como o grupo surgia também como um factor de apoio em situações de solidão, de falta de perspectivas vivenciais e outros problemas psicossociais. Assim, a identificação ao grupo desempenharia um papel fundamental no domínio do desenvolvimento da identidade social e da categorização social, quer a nível intra-grupal quer nos processos inter-grupais.

Será igualmente importante referir que na adolescência inicial as concepções de reciprocidade e igualitarismo, ao nível das amizades, são muito importantes. Ora estas características desenvolvem-se entre os 12 e os 14 anos donde os adolescentes veem os amigos íntimos como sendo aqueles com quem é possível uma relação de simetria (cooperação, reciprocidade e confiança). De igual modo, a simetria versus complementaridade deverá ser analisada. Se a simetria pode facilitar o estabelecimento de relações íntimas, poderá, por outro lado, ser um verdadeiro obstáculo à aceitação da diferença. Facto que é muito comum nos grupos dos adolescentes. Por outro lado, a complementaridade poderá ser um factor de facilitação no que diz respeito à aproximação entre adolescentes, uma vez que eles poderão procurar no outro, no diferente, aquilo que eles gostariam de ser (Epstein, 1983). Finalmente falar do grupo será falar do isolamento social e da solidão, sempre que a rede de relações sociais é deficitária (Perlman & Peplau, 1981).

No que concerne às diferenças relativas ao sexo verifica-se que, nos grupos, as amizades entre raparigas são mais centradas nas relações exclusivas, com interações face a face e em que a auto-exposição é uma forma de comunicação muito presente (Youniss, 1985). Já as interações entre os rapazes são mais dispersas, menos íntimas e mais ligadas a actividades de grupo. No que toca à participação social, as raparigas mostram maior apetência por actividades construtivas e pró-sociais, enquanto que os rapazes se envolvem mais em condutas políticas, de protesto ou até em actividades anti-sociais (Robin, 1980 citado por Martins, 2005).

À medida que o adolescente vai crescendo, o interesse por novos e vários grupos organizados também vai aumentando, sendo que a diferença começa a ser tolerada tornando-se numa fonte de aprendizagem importante. Ora é precisamente este movimento da homogeneidade grupal para a heterogeneidade que leva à diversidade do contacto relacional e à emergência de comportamentos maduros e normativos (Durkin, 1995). Pelo contrário, nos grupos desviantes a homogeneidade grupal em vez de diminuir vai aumentando e agravando-se (Patterson, 1989). Na génese deste último processo grupal estão experiências familiares negativas precoces com disciplina inconsistente, pobre envolvi-

mento afectivo, falta de supervisão e um parenting positivo quase inexistente (Cooper & Cooper, 1992).

1.2. Pares anti-normativos

Como vimos anteriormente as relações com os pares são um tema importante senão mesmo central nos estudos sobre a adolescência. Ora se a normatividade tem sido alvo do interesse dos investigadores, a anti-normatividade e a delinquência juvenil não o tem sido menos. Desde os trabalhos pioneiros de Shaw e McKay (1931), defensores de uma abordagem sub-cultural, até Cloward e Ohlin (1960), mais abertos à possibilidade da oportunidade como factor determinante no comportamento delincente, muitas têm sido as abordagens relativas a esta temática como por exemplo, as teorias de associação diferencial (Sutherland, 1939) ou as teorias da aprendizagem social de Akers (1979). O que estes dois últimos autores defendem é que, na sua grande maioria, as actividades delinquentes dos adolescentes ocorrem dentro do contexto grupal, pelo simples motivo de que a adolescência é vivida e marcada pelo envolvimento no grupo. Daí que alguns autores tenham demonstrado esse facto (e.g. Erickson & Jensen, 1977; Giordano & Cernkovich, 1979) sendo que os adolescentes delinquentes são muito mais orientados para o grupo e mais dependentes deste do que os adolescentes normativos (Agnew, 1985).

De acordo com Trasher (1927) que estudou os grupos de jovens de Chicago durante os anos 20, os bandos ou gangs surgiram sobretudo em áreas suburbanas, caracterizadas por uma grande desorganização social, problemas de identidade cultural, mobilidade frequente dos seus moradores e uma grande deterioração do espaço físico. Na sua grande maioria, estes gangs seriam constituídos por sujeitos do sexo masculino e com um número de elementos que oscilava entre os 15 e os 30 indivíduos. É evidente que estes grupos apresentavam uma génese e uma estrutura que teria de ser compreendida através de um processo constituído por várias etapas, desde a existência de uma constituição difusa em que a liderança era ainda incipiente até ao momento em que o gang se estruturava, se tornava consistente e hierarquizado. Esta nova configuração só seria possível quando o gang entrasse em conflito com outros bandos, reforçando assim a coesão interna, estruturando a sua identidade e fazendo com que os seus diversos membros assumissem papéis de legitimidade muito próximos da convencionalidade. Como objectivo principal, a actividade do gang centrar-se-ia na transgressão das normas e na delinquência.

Ora como todos os grupos primários, os gangs são caracterizados por um espírito de grupo com interações face a face, sentimentos de forte cooperação e de pertença, crenças e normas grupais capazes de legitimar actividades que possam proporcionar aos adolescentes prestígio, através de actividades excitantes, impossíveis de realizar convencionalmente. Daí os delitos de estatuto, o vandalismo, o roubo, a droga e a luta com grupos rivais.

Por outro lado, de acordo com Huff (1996) poder-se-á perguntar: quem pertence a um gang? Geralmente, os elementos de um gang têm entre 14 e 24 anos, com um pico de idade por volta dos 17 anos. Quanto ao processo de associação, Miller (1958) avança com a hipótese da subcultura de classe baixa. Esta tese defende que a delinquência não seria um comportamento reactivo para alcançar padrões de classe média, mas sim um processo de socialização numa cultura de classe baixa. Deste modo, ele avança com três formas de adaptação que podem justificar a existência do gang:

1. aceitação da cultura, da classe baixa como referência e internalização das normas da classe baixa;
2. aspiração ao estilo de vida da classe média e aos seus valores, legitimando assim actos para atingir esse estilo de vida;
3. aspiração ao sistema de recompensas e valores da classe média, cujo processo uma vez falhado por falta de competências, faz com que ocorra um regresso ao estilo de vida da classe baixa.

Uma segunda hipótese é defendida por Stafford (1984) e Mirón (1990) denominada hipótese da frustração de estatuto e vem no seguimento dos estudos de Cohen (1955) e da sua teoria do desvio subcultural. Segundo esta teoria, os gangs serão uma resposta colectiva aos problemas de estatuto que os jovens de classe baixa experimentam por terem interiorizado valores culturais de classe média e de terem consciência de haverem falhado o seu intento de os alcançar. Daí a componente reactiva dos adolescentes levando-os a associarem-se a outros pares em idêntica situação que irão opor ao sucesso académico a vida na rua e ao respeito pela propriedade, o vandalismo e o roubo.

Uma terceira hipótese é defendida por Cloward e Ohlin (1960) estando ligada à teoria da oportunidade diferencial. De acordo com estes autores, o aparecimento dos grupos subculturais têm não uma razão de estatuto, mas sim uma causa económica. Para eles, o comportamento delinquente resulta do reconhecimento da discrepância entre as suas aspirações e as possibilidades ou oportunidades normativas para poderem atingir os seus objectivos. Daí que a conduta delituosa surja como um meio único e ilegítimo e ao mesmo tempo razoável para alcançar estas metas convencionais. Daí que Cloward e Ohlin (1960) avancem com três tipos de subculturas subjacentes a estes comportamentos: a subcultura criminosa ligada ao roubo e à extorsão; a subcultura de conflito ligada à violência pessoal, aos assaltos destrutivos contra pessoas e contra a propriedade e a subcultura retraída em que os sujeitos se envolvem em condutas como o consumo de drogas. Ou seja, pode-se afirmar, de acordo com Mirón (1990), que os adolescentes de classes baixas tendem a associarem-se entre si e a caírem em actividades delinquentes, como uma inevitável reacção às envolvências económicas e culturais de uma sociedade convencional, que os agride violentamente ao obstacularizar o atingir de objectivos económicos e culturais tão ansiosamente perseguidos.

Hirschi (1969), vem reforçar estas posições, quando afirma que os maiores índices de conduta delituosa se produzem entre jovens que se apresentam com mais baixas aspirações, mais baixas expectativas e acima de tudo com fracas vinculações sociais, ausência de compromissos e não interiorização de crenças e normas de conduta.

1.3. O grupo como contexto de aprendizagem

Sutherland (1939) defende que o comportamento na adolescência é aprendido e que essa aprendizagem resulta da interacção e comunicação com outros pares. Tal aprendizagem também ocorre no que toca ao comportamento delinquente. Daí que ele reconheça que este processo está ligado a grupos primários e íntimos e a certas redes de pares, que no caso dos delinquentes funcionam como desencadeadores de estádios de aprendizagem, de definições e atitudes favoráveis ou desfavoráveis à violação da lei. Esta abordagem de Sutherland (1939) abriu caminho à teoria social da aprendizagem de Burgess e Akers (1966) no sentido em que estes autores incorporaram as teorias do primeiro e os princípios do condicionamento operante, defendendo a possibilidade de um determinado comportamento ocorrer de acordo com as contingências e as situações que envolveram tal conduta. Assim se um determinado comportamento delinquente foi mais reforçado que o não delinquente, em situações similares passadas, então há uma maior probabilidade desse comportamento delinquente ressurgir no futuro. Ora, a associação diferencial de pares torna-se importante porque fornece o contexto em que o comportamento delinquente poderá ser reforçado, onde a imitação toma lugar e as definições e atitudes discriminam as situações de actuação.

No que toca à vinculação afectiva nos grupos delinquentes, Hirschi (1969) defende que as relações entre os sujeitos são frias e frágeis já que os jovens delinquentes não são capazes de desenvolver vínculos sociais estáveis e consistentes, devido ao facto de no processo de socialização não terem estabelecido esses vínculos com os pais. O que contraria a ideia de Sutherland (1939) que sempre defendeu não haver qualquer tipo de diferença em termos de vinculação com os amigos entre indivíduos desviantes e indivíduos convencionais. Para Emler e Reicher (1987), a delinquência acaba por ser o resultado de um processo de conformidade às normas e expectativas do grupo, tendo os sujeitos tendência para se associarem a indivíduos com quem possam partilhar essas normas, essas crenças e mesmo experiências similares. Daí que estas semelhanças acabem por implicar não só a existência de uma forte conformidade às normas como forma de evitar o “desvio” dentro do grupo e ao mesmo tempo de assumir uma identidade grupal verdadeiramente estruturada.

II - As normas grupais

De acordo com Sherif (1936) a inexistência de normas é socialmente paralizante, ou seja, as normas têm como finalidade tornar os comportamentos sociais previsíveis. O desconhecido e a imprevisibilidade sempre foram fonte de medo e ansiedade, sendo associados a catástrofes e a punições divinas. Daí a necessidade de enquadrar a realidade dentro de pressupostos passíveis de irem ao encontro da desejabilidade social.

As normas são então um marco ou quadro de referência, que estabelecem os limites daquilo que socialmente é permitido e aceitável. Assim, a presença das normas traz funcionalidade e organização aos grupos sociais e à sociedade e a sua ausência introduz o caos e a anomia tendo um efeito paralisante. No entanto, para que as normas funcionem necessário se torna que elas sejam aceites pela maioria, quer no interior dos grupos, quer pela sociedade em geral, surgindo as normas como resultado de um processo negocial em que os sujeitos voluntariamente abdicam das suas normas particulares e subjectivas, para convergirem no sentido de uma norma colectiva que seja comum a todos. Daí a sua inevitável aceitação social. Ora esta aceitação social implica antes do mais que os sujeitos sintam a norma como sua, validando-a subjectivamente, ou seja, interiorizando-a. Claro que as normas só fazem sentido enquanto são vistas como socialmente úteis, ou seja, capazes de irem ao encontro dos desequilíbrios que ocorrem nos grupos e nas sociedades. Logo, as normas são aceites maioritariamente e só a maioria quantitativa se conforma a essas normas, exercendo assim uma vigilância constante sob as minorias no sentido de verificar se essas normas são respeitadas ou não. Trata-se do que Asch (1952) denomina de conformidade ao grupo, já que este exerce um controlo social sob as minorias. Asch (1952) demonstrou que a influência social, ou seja, a pressão para a conformidade é muito importante no que diz respeito à coesão grupal e à mobilização a fim de que os objectivos colectivos sejam atingidos. Existem dois tipos de conformidade: a normativa e a informativa. A falta de informação leva os indivíduos a dar razão às maiorias, o mesmo acontecendo no que diz respeito às normas cujo controlo é exercido maioritariamente. Assim, pode-se afirmar que as maiorias são conformistas e conservadoras, punindo todo o desviante, salvo se determinada norma deixa de fazer sentido. Aqui surge a noção de inovação como forma de desvio. Moscovici (1970) mostra-nos que determinados tipos de desvio podem ser reestruturadores sociais e não simples transgressores. Este autor distingue dois tipos de minorias, as nómicas (normativas) e as anómicas (anti-normativas), cabendo às minorias nómicas o papel de provocarem conflitos capazes de levar a situações inovadoras em termos sociais. É claro que estas minorias para conseguirem convencer a maioria a alterar determinada norma, deverão ter certas características que passam pela sua consistência, capacidade de mobilização e persuasão, para além de terem pelo seu lado,

o espírito do tempo, ou seja, o *Zeitgeist*. Se tal ocorrer a mudança poderá ser possível e a norma maioritária cairá, para num fenómeno de conversão, dar lugar à norma minoritária.

Nos grupos delinquentes, o desvio anti-normativo não é nómico mas sim anómico e as minorias deste tipo não procuram qualquer processo inovador. O que ocorre é uma simples transgressão das normas dominantes, através de comportamentos que funcionam como uma realidade invertida relativamente à maioria quantitativa e àqueles que detendo o crédito idiosincrático (Hollander & Julian, 1970), representam qualitativamente o poder instituído enquanto tribunais da norma dominante. Por isso, a rebelião sem causa e os comportamentos delinquentes fazem parte da mesma lógica que preside à assumpção da normatividade. Não é por acaso que Foucault (1977) sempre defendeu que era nos marginais e nos delinquentes que o poder ia buscar a sua guarda pretoriana, sendo os presídios o seu exército de reserva (veja-se toda a história da marinha e marinheiros). Por outro lado, não é menos verdade a existência de um fascínio evidente das minorias anómicas pelos poderosos, pelas suas normas e por tudo aquilo que eles significam.

III - A identidade social

Para viver em sociedade os sujeitos têm de pertencer a um grupo ou a diversos grupos sociais. Só assim poderá ocorrer o processo de socialização através das múltiplas interacções que levam à interiorização das normas, das crenças, das representações que acabam por conformar a sua identidade individual e social. Há uma profunda relação entre o auto-conceito e a identidade social. A imagem que os sujeitos constroem de si funciona como a espinha dorsal da sua identidade social, ou seja, do conhecimento que têm de pertencer a um grupo, de o avaliar positiva ou negativamente e de estar afectivamente ligados a ele. É aqui que reside a noção de pertença que pode ter diversas dimensões: grupal, regional, nacional, etc. Quando a avaliação que se faz de um determinado grupo de pertença é negativa (devido a questões religiosas, étnicas, de género, etc), ou seja, quando comparado com um grupo de referência fica clara a existência de um estatuto inferior no que toca ao posicionamento social, essa avaliação tem consequências a nível da auto-estima do grupo e dos sujeitos (Tajfel, 1981). Daí que, os elementos do grupo em questão procurem ou reestruturar a percepção negativa que têm do seu próprio grupo (valorização estereotipada) ou levar a cabo acções tendentes a valorizar o seu grupo de pertença.

No caso da delinquência, o processo identitário é muito semelhante, já que como grupos minoritários em permanente comparação social, poderão cair numa percepção negativa de si próprios, o que os levará a uma reestruturação cognitiva no que toca à percepção que têm do seu grupo de pertença ou a acções tendentes a devolver ao grupo uma reputação aceitável para os seus membros.

IV - A Reputação

Todos os membros das sociedades humanas apresentam a característica de terem determinadas reputações. Essas reputações têm a ver com detalhes factuais da sua biografia e muito em particular da história das suas relações com os outros. Mas as reputações são também julgamentos acerca dos vícios e das virtudes, da força e da fraqueza dos sujeitos, baseadas em padrões de evidência presentes nas comunidades relativamente aos seus membros (Emler & Fisher, 1981).

Para que as pessoas tenham determinadas reputações é necessário que elas habituem as suas comunidades a vê-las a terem determinadas acções ou atitudes de uma forma mais ou menos continuada (Bailey, 1971). Isto acontece porque os indivíduos necessitam de pertencer a grupos que determinam a sua identidade social e também necessitam de estar ligados aos outros através de redes de comunicação (Mitchell, 1969).

É evidente que uma coisa é saber-se como as pessoas obtêm a sua reputação, outra coisa é saber-se porquê. Assim é questionável tentar perceber porque é que as reputações podem representar um papel tão importante nas comunidades e porque é que os seus membros levam a cabo toda uma série de esforços no sentido de obterem uma reputação que possa surgir como termo de comparação com a reputação dos outros. Talvez a razão se encontre no facto da existência social dos indivíduos apontar para padrões de comparação onde através de um altruísmo recíproco emerge uma troca de favores (Trivers, 1971). É evidente que para um sistema de trocas subsistir, os indivíduos têm que ser identificáveis mutuamente, daí que possam reclamar favores concedidos e recebidos sendo esta troca a base duma economia social informal marcada colectivamente (Elmer & Richer, 1995).

Os participantes destas economias informais podem operar de uma forma mais eficaz quanto melhor conhecerem o potencial de troca dos seus parceiros. Serão eles confiáveis, no sentido de devolverem favores? Como determinar as suas lealdades, a sua força e as suas fraquezas? Todos estes detalhes poderão ser fundamentais na percepção da reputação que os sujeitos fazem uns dos outros (Elmer & Richer, 1995).

Com o advento da sociedade de massas, os indivíduos não têm mais hipóteses de, no seio das suas comunidades, fazerem uso efectivo das suas reputações pessoais ou de retirarem grandes dividendos ou consequências dessas mesmas reputações. Em primeiro lugar porque numa sociedade de milhões de membros esse tipo de comparação social é problemático (Milgram, 1970). De facto, existe um potencial elevadíssimo para trocas no que concerne à reputação. Mas essas mesmas trocas encontram-se pulverizadas pelas próprias redes de comunicação, o que leva, em segundo lugar, ao anonimato e à segmentação da vida social nas sociedades de massa. Isto traduz-se numa enorme dificuldade na tomada de posição e nos julgamentos relativos aos aspectos ligados à reputação. Por outro lado, a economia social está entregue a sistemas económicos que em última instância determinam quem

é honesto e não é, quem tem boa reputação ou não. O que faz com que todo o controlo social das acções dos sujeitos se dilua nas relações face a face. Vão neste sentido, os estudos de Wirth (1938), Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948). Pelo contrário, Fischer (1981) defende, que não obstante o observado por outros autores nas sociedades de massa, os sujeitos continuam a negociar face a face com os amigos e também com os potenciais inimigos, o que faz com que mesmo nas actuais condições sociais, os indivíduos continuem a lutar por uma reputação que os mantenha dentro do sistema de normas vigente (Elmer & Richer, 1995). Daqui surge uma outra questão: será que as pessoas se importam com essa mesma reputação e procuram protegê-la? Mais concretamente, será que o interesse em ter uma reputação ou o não interesse nela poderá abrir caminho para que os sujeitos quebrem ou não as regras de convivência social e as normas de conduta procurando assim fugir ao controlo social?

No caso da transgressão das regras de interacção e das normas sociais que ligação se poderá fazer relativamente à reputação e à identidade de quem a tem? Muito concretamente que relação se poderá estabelecer no que toca à reputação entre vítimas e agressores? Sabe-se que a violência física, que a transgressão das normas, que a violação das regras da interacção social são objecto de censura e de controlo afectando a reputação de quem as pratica (Hindelang, 1978). Neste sentido vão os trabalhos de Piaget (1932) no que toca à psicologia moral. Todas estas questões abrem caminho à existência e à validação de medidas relativas à reputação e estas medidas mostram-nos de que modo os delinquentes e todos aqueles ligados às condutas anti-sociais apresentam o que se poderá chamar por má reputação. A teoria do estigma, desenvolvida por Becker (1963), mostra-nos como determinados indivíduos adquirem uma reputação pública negativa intimamente ligada ao desvio e à delinquência (vejam-se os casos dos consumidores e traficantes de droga, dos agressores violentos, do crime organizado, etc) (Hindelang, 1971). Ora esta situação abre caminho a um problema não completamente resolvido pela criminologia que é a questão do secretismo da delinquência. De facto, os auto-relatos e as entrevistas a jovens delinquentes mostram-nos de uma forma clara a necessidade da existência de uma audiência, o que situa a questão no âmbito da visibilidade do desvio com consequências teóricas efectivas (Loeber, 1982). De acordo com Freudenberg e Jones (1991), a delinquência não é uma actividade solitária, sobretudo na adolescência (Giordano, Cernovich & Pugh, 1986). Por outro lado, a delinquência juvenil que ocorre entre os 12 e os 18 anos, sobretudo em rapazes é um fenómeno grupal donde a necessidade de processos identitários, cumprimento de normas e por conseguinte a emergência de reputações. Finalmente, o facto de viverem em contextos ambientais conducentes a situações de anonimato urbano leva-os a procurarem uma visibilidade que socialmente não têm e daí a necessidade de audiências.

Ora, Moscovici (1976) quando fala do desvio e das minorias activas, procura mostrar até que ponto é que

a história social de determinadas minorias se cruza com a questão da reputação. De facto, a luta dos homossexuais, dos consumidores de drogas leves ou das mulheres que praticaram aborto vai desde o pólo do desvio anômico até à assumpção de uma luta político social travada contra a maioria, no sentido do seu reconhecimento social. Este conflito em que nenhuma negociação é possível, só termina quando a maioria, uma vez convertida às posições minoritárias, aceita as normas destas. Assim, e ainda de acordo com Moscovici (1976) esta conversão que vai ao encontro do espírito do tempo, abre caminho à aquisição de uma reputação positiva por parte de grupos anteriormente marginalizados.

Há uma questão que no entanto não parece estar resolvida que é o problema ligado à capacidade que os delinquentes terão ou não de se perceberem como tendo uma boa ou má reputação. Chandler (1973) por exemplo, defende que os delinquentes têm uma grande dificuldade em anteciparem no tempo o impacto dos seus comportamentos e da consequente opinião dos outros. O que leva à questão da percepção relativa ao conhecimento do processo da aquisição de reputações, quer no tempo quer no espaço. Sarbin e Kulik (1968, citados por Emler & Richer, 1995) defendem que os delinquentes juvenis apresentam uma menor capacidade temporal no que diz respeito a perspectivar a sua vida futura, parecendo antes viver no eterno presente. Por outro lado, coloca-se a questão da percepção relativamente aquilo que é considerado irresponsável, indesejável e anti-social. Neste sentido, Sutherland e Cressey (1970) defendem que poderá haver uma aprendizagem que levará os sujeitos delinquentes a ter uma percepção diferente daquilo que é socialmente reprovável. Terá Kohlberg (1984) razão quando argumenta que os delinquentes não são capazes de compreender as suas obrigações dentro de moldes convencionais? O que parece é que há uma falha na apreciação relativamente à gravidade dos actos praticados e do impacto que poderão ter ao nível das suas reputações. De facto, Hindelang (1973) mostra que nas pesquisas de auto-relato, os sujeitos têm tendência a revelar os seus actos desviantes. Será por não os valorizarem suficientemente em termos sociais ou o que eles procuram é assumir esses mesmos comportamentos como forma de afirmação pessoal? Isto leva-nos à questão da auto-estima e das razões sociais para os sujeitos serem bons ou maus. Kaplan (1980) defende que a auto-estima no caso de ser baixa, poderá abrir caminho à delinquência através de condutas de vandalismo ou violência contra os outros, no sentido da procura de uma auto-estima positiva. Daí que pareça existir uma ligação inevitável entre a auto-estima e a delinquência, sendo a procura de uma má reputação o caminho para uma reestruturação positiva da identidade social. Aqui vamos encontrar como que os negativos fotográficos do comprometimento e da vinculação defendidos por Hirschi (1969). Ou seja, a assumpção da quebra das regras sociais ao nível das representações dos sujeitos, poderá ser a passagem para a reestruturação da identidade, logo a má reputação

assumirá um papel importante nos sujeitos desviados, que no entanto não terá qualquer efeito ao nível da sociedade envolvente que terá destes uma percepção muito forte da sua anomia. É aqui que reside o drama destas minorias, tal como podemos retirar do estudo de Emler, Reicher e Ronson (1987).

Bibliografia

- Agnew, R. (1985). Social control theory and delinquency: A longitudinal test. In: *Criminology*, 23, pp. 47-72.
- Akers, R. L. (1979). Theory and ideology in Marxist criminology. In: *Criminology*, 16, pp. 527-544.
- Asch, S. E. (1952). *Social psychology*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall.
- Bailey, R. (1971). *Gifts and poison: The politics of reputation*. Oxford, Blackwell.
- Becker, H. S. (1963). *The Outsiders*. New York, Free Press.
- Burguess, R. L., & Akers, R. L. (1966). A differential association-reinforcement theory of criminal behaviors. In: *Social problems*, 14, pp. 128-147.
- Chandler, M. J. (1973). Egocentrism and antisocial behavior: The assessment and training of social perspective taking skills. In: *Development psychology*, 9, pp. 326-332.
- Cloward e Ohlin (1960). *Delinquency and opportunity*. New York, Free Press.
- Cohen, A. (1955). *Delinquent boys. The culture of the gang*. New York, Free Press.
- Cooper, C., & Cooper, R. (1992). Links between adolescent's relationships with their parents and peers: Models evidence, and mechanisms. In R. Parke & G. Ladd (Eds), *Family-peer relationships: Modes of linkage*. Hillsdale, N.J., Erlbaum.
- Dunphy, D. C. (1963). The social structure of urban adolescent peer groups. In: *Sociometry*, 26, pp. 230-246.
- Durkin, K. (1995). *Developmental social psychology: From infancy to old age*. Oxford, Blackwell.
- Emler, N., & Fisher, S. (1981). *Gossip and the nature of social environment*. Paper presented at the British Psychological Society Social Psychology Section Conference, Oxford.
- Emler, N., & Reicher, S. (1987). Orientations to institutional authority in adolescence. In: *Journal of moral education*, 16, pp. 108-116.
- Elmer, N., & Reicher, S. (1995). *Adolescence and delinquency*. Oxford, Blackwell Publishers.
- Elmer, N., Reicher, S., & Ronson, B. (1987). "Young people's perceptions of the personal attributes of rule breakers and rule followers". Dundee, University of Dundee.
- Epstein, J. (1983). Selection of friends in different organized schools and classrooms. In J. L. Epstein & N. Karweitt (Eds), *Friends in school*. New York, Academic Press.
- Erickson, M. L., & Jensen, G. F. (1977). Delinquency is still group behavior: Toward revitalizing the group premise in the sociology of deviance. In: *Journal of criminal law and criminology*, 68, pp. 268-282.
- Fischer, C. (1981). *The dwell among friends: personal networks in town and city*. Chicago, University of Chicago Press.
- Freudenberg, W. R., & Jones, R. E. (1991). Criminal behavior and rapid community growth: Evaluation of the evidence. In: *Rural sociology*, 56, pp. 616-645.

- Foucault, M. (1977). *Discipline and punishment*. London, Allen Lane.
- Giordano, P. C., Cernovich, S. A., & Pugh, M. D. (1986). Friendship and delinquency. In: *American journal of sociology*, 91, pp. 1170-1201.
- Giordano, P. C., & Cernovich, S. A. (1979). On complicating the relationship between liberation and delinquency. In: *Social problems*, 26, pp. 467-481.
- Hindelang, M. J. (1971). Extraversion, neuroticism and self-reported delinquent involvement. In: *Journal of research in crime and delinquency*, 8, pp. 23-31.
- Hindelang, M. J. (1973). Causes of delinquency: a partial replication and extension. In: *Social problems*, 20, pp. 471-487.
- Hindelang, M. J. (1978). Race and involvement in common-law personal crimes. In: *American sociological review*, 43, pp. 93-109.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkley, CA, University of California Press.
- Hollander, E. P., & Julian, J. W. (1970). Studies in leader legitimacy influence, and innovation. In Berkowitz (Ed), *Advances in experimental social psychology*. New York. Academic Press.
- Huff, C. R. (1996). The criminal behavior of gang members and nongang at risk youth. In C. R. Huff (Ed), *Gangs in America* (2nd ed) (pp.75-102). Thousand Oaks, CA, Sage.
- Kaplan, H. B. (1980). *Deviant behavior in defense of self*. New York, Academic Press.
- Kohlberg, L. (1984). *The psychology of moral development: Vol 2. Essays on moral development*. New York, Harper and Row.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B. R., & Gaudet, H. (1948). *The people's choice*. New York, Columbia University Press.
- Loeber, R. (1982). The stability of anti-social and delinquent behavior: A review. In: *Child development*, 53, pp. 1431-1446.
- Martins, J. S. (2005). *Violência e maus-tratos em contextos de socialização e delinquência juvenil*. Tese de Doutorado. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Milgram, S. (1970). The experience of living in cities. In: *Science*, 167, pp. 1461-1468.
- Miller, W. B. (1958). Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. In: *Journal of social issues*, 14, pp. 5-19.
- Mirón, L. R. (1990). *Família, grupo de iguales y empatía: Hacia un modelo explicativo de la delinquencia juvenil*. Tesis Doctoral, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Mitchell, J. C. (1969). *Social networks in urban situations*. Manchester, Manchester University Press.
- Moscovici, S. (1970). *Psychologie des minorité actives*. Paris, Press Universitaire de France.
- Moscovici, S. (1976). *Social influence and social change*. London, Academic Press.
- Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1989). Peer-groups and evolution of the self-system in adolescence. In: *European journal of psychology of education*, 4, pp. 3-15.
- Palmonari, A., Pombeni, M. L., & Kirchler, E. (1990). Adolescents and their peer-groups: A study of the significance of peers, social categorization processes, and coping with developmental tasks. In: *Social behavior*, 5, pp. 33-48.
- Patterson, G. R. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. In: *American psychologist*, 44, pp. 329-335.
- Perlman, D., & Peplau, L.A. (1981). Towards a social psychology of loneliness. In R. Gilmor & S. Duck (Eds), *Personal relationships*, Vol 3. Relationships in disorder. London, Academic Press.
- Piaget, J. (1932). *The moral judgment of the child*. London, Penguin.
- Savin-Williams, R. C. (1989). Dominance hierarchies in groups of early adolescents. In: *Child development*, 50, pp. 142-151.
- Serafica, F., & Blyth, D. (1985). Continuities and changes in a study of friendship and peer groups during early adolescence. In: *Journal of early adolescence*, 5, 3, pp. 267-283.
- Shaw, C. R., & Mckay, H. D. (1931). *Social factors in juvenile delinquency*. Report of the National Commission on Law Observance and Enforcement. U.S. Government Printing Office. Washington D. C.
- Sherif, M. (1936). *Psychology of social norms*. New York, Harper & Row.
- Sherif, M., & Sherif, C. W. (1964). *Reference groups: Explorations into conformity and deviation of adolescents*. New York, Harper & Row.
- Stafford, M. (1984). Gang delinquency. In: R. P. Meier (ed), *Criminal justice system annuals*. Vol 21. Beverly Hills, Sage Publications.
- Sutherland, E. H. (1939). *Principles of criminology*. Chicago, Lippincott.
- Sutherland, E. H., & Cressey, D. R. (1970). *Principles of criminology*. Chicago, Lippincott.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Trasher, (1927). *The gang*. Chicago, University of Chicago.
- Trivers, R. (1971). The evolution of reciprocal altruism. In: *Quarterly review of biology*, 46, pp. 35-57.
- Wirth, L. (1938). Urbanism as a way of life. In: *American journal of sociology*, 44, pp. 3-24.
- Youniss, J. (1985). *Parents and peers in social development: A Sullivan-Piaget perspective*. Chicago, University of Chicago Press.